

Processo: nº 39.420/2008 (h).

Origem: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF.

Assunto: Licitação.

Ementa:

- . Concorrência nº 04/2008 – CEL/SE. Contratos nºs 98 e 99/2009. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância desarmada 24 (vinte e quatro) horas às instituições educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. IP 650/09 – STJ (Operação *Caixa de Pandora*). Decisão nº 8.025/09. Inspeção. Decisão nº 869/2010: indícios de superfaturamento, determinação cautelar de glosas nos pagamentos mensais; conversão dos autos em TCE; e citação. Decisões nºs 478/2011 e 1.857/2011: negativa de provimento aos recursos interpostos.
- . Nesta fase, apreciam-se o cumprimento da Decisão nº 869/2010 e o pedido formulado pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.
- . 2ª Inspeção de Controle Externo conclui pela: (1) improcedência do pedido e prosseguimento da TCE; (2) citação dos responsáveis pelos possíveis prejuízos apontados no Achado 1 do Relatório de Inspeção nº 2.0017.10; (3) falta de elementos que permitam estimar o prejuízo decorrente da não entrega de insumos referidos no Achado 2; e (3) expedição de alerta à SEPLAG quanto à existência de estudo mais atualizado acerca do BDI utilizado em contratos relativos aos serviços em questão.
- . Ministério Público de Contas do Distrito Federal opina pela (1) improcedência do pedido e prosseguimento da TCE; e (2) determinação à Secretaria para que deixe de realizar pagamentos correspondentes aos itens previstos nos ajustes e não fornecidos.
- . Acolhimento das medidas alvitadas pelo Corpo Técnico.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame da contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância desarmada 24 (vinte e quatro) horas às instituições educacionais da Secretaria de Educação do DF.



Na Sessão Ordinária de 11/03/2010, esta Casa deliberou nos termos da Decisão nº 869/2010 (fl. 639), nos seguintes termos:

"O Tribunal, pelo voto de desempate do Presidente em exercício, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, proferido com base no art. 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do Conselheiro RENATO RAINHA, decidiu:

I - tomar conhecimento do procedimento de fiscalização especial consubstanciado no Relatório de Inspeção nº 2.0017.10;

II - determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que:

a) em vista dos indícios de superfaturamentos de preços demonstrados no Achado 01 e com fundamento no artigo 198 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, cautelarmente, inicie imediatamente a glosa mensal, no montante de R\$ 307.549,30 (trezentos e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta centavos), dos valores devidos à empresa CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., por conta do Contrato nº 98/2009, e a glosa mensal, no montante de R\$ 339.678,66 (trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos), dos valores devidos à empresa G6 - SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA LTDA., por conta do Contrato nº 99/2009, até a manifestação conclusiva desta Corte de Contas quanto às irregularidades mencionadas no aludido Relatório de Inspeção;

b) as estimativas de preços para licitação pública observem os valores que estiverem sendo praticados em contratos vigentes, no âmbito da Administração Pública, inclusive na esfera do governo federal, para o mesmo produto ou serviço, a teor do inciso V do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993;

c) exerça fiscalização mais rigorosa nos contratos de serviços continuados, adotando providências quando constatado desconformidade no cumprimento contratual;

III - com fundamento nas disposições do artigo 46 da Lei Complementar nº 1/1994 e da Emenda Regimental nº 23, de 21.02.2008, converter o feito em tomada de contas especial para apuração do total do prejuízo nele anunciado e, posteriormente, proceder à citação dos responsáveis na forma da lei, para que apresentem as alegações de defesa pertinentes;



IV - determinar à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas com vistas à regulamentação dos percentuais de encargos sociais e de BDI, a serem aplicados nos contratos de vigilância armada e desarmada, firmados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, conforme alerta exarado no item IV da Decisão nº 4.446/2009;

V - autorizar a devolução dos autos à Inspeção de origem, determinando-lhe que encaminhe à Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA, à Corregedoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e às Empresas CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. e G6 - SISTEMA DE SEGURANÇA INTEGRADA LTDA. cópia do Relatório de Inspeção nº 2.0017.10, da declaração de voto apresentada pelo Conselheiro RENATO RAINHA e desta decisão, com vistas ao melhor cumprimento das providências ora ordenadas."

Em fase de recurso, conforme Decisões nºs 478 e 1.857/2011 (fls. 1355 e 1418), esta Corte negou provimento aos pedidos de reexame e aos embargos de declaração interpostos pelas empresas Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda., mantendo os termos da Decisão nº 869/2010.

No que tange ao cumprimento da deliberação supra, em atenção à determinação constante do **item II**, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por intermédio do Ofício nº 147/2011-GAB/SE (fls. 1369/1370), informou que vem realizando a glosa determinada, com acréscimo relativo ao aumento de postos decorrentes de aditivo ao Contrato nº 99/2009, firmado com a empresa G6 – Sistema de Segurança Integrada Ltda.

Em atendimento ao **item III**, a Unidade Instrutiva (fls. 1360/1362) indicou como prejuízos os valores relativos ao Achado 1 do Relatório de Inspeção nº 2.0017.10, constantes do quadro de fls. 1358, sugerindo a citação dos responsáveis nominados no quadro de fl. 1359.

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal do Distrito Federal, consoante Parecer nº 226/2011-DA (fls. 1364/1366), da lavra do ilustre Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, opinou pela devolução dos autos à Unidade Técnica para complementação dos cálculos, por considerar que no montante do prejuízo levantado não foi considerado os indícios referidos no Achado 2, correspondente aos insumos não entregues pelas empresas contratadas aos vigilantes.



Por intermédio do Despacho Singular nº 187/2011-CRR (fls. 1367/1368), determinei o retorno dos autos à ICE para que se manifestasse acerca das considerações ofertadas pelo douto *Parquet*.

A 2ª Inspeção de Controle Externo, nos termos da Informação nº 24/2011 (fls. 1371/1373), asseverou que não há elementos nos autos que permitam estimar o prejuízo decorrente da não entrega dos insumos necessários à prestação do serviço.

Em relação ao **item IV**, a então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, por intermédio do Ofício nº 404/2010-GAB/SGA e anexos (fls. 772/795), informou que firmou o Contrato nº 45/2009-SEPLAG com a Fundação Getúlio Vargas, para a realização de estudos visando à normatização dos percentuais dos encargos sociais e do BDI na Administração Pública distrital.

A respeito, a 2ª Inspeção de Controle Externo, nos termos da Informação nº 20/2010 (fls. 856/924), sugeriu ao Plenário que dê conhecimento àquela Jurisdicionada dos estudos mais atualizados elaborados pela Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal, no qual foi fixado o percentual máximo de 26,44% a ser adotado a título de BDI nos contratos de serviços terceirizados de segurança e vigilância patrimonial.

Por último, a empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (fls. 1392/1393) requereu o seguinte:

"(...)

Como afirmamos acima, em momento algum vislumbramos qualquer vício em nossa proposta comercial, mas visando o encerramento da demanda neste tribunal, a CONFEDERAL, neste ato, renuncia o direito de qualquer interposição de Recurso Administrativo na condição de que o trânsito em julgado seja de imediato, face nossa renúncia de interposição de Recursos Administrativos.

Ressaltamos ainda, que a nossa renúncia em interposição de Recursos Administrativos, visa que a contar deste momento possamos emitir a fatura referente ao serviço prestado, excluindo a glosa no valor de R\$ 192.925,26 aplicado aos meses de agosto de 2009 a março de 2010 e da glosa no valor de R\$ 218.167,81, a contar de abril de 2010 a 31 de março de 2011, conforme determinado pela Decisão nº 478/2011, restituindo à Confederal os valores descontados a maior em face da decisão citada.

(...)"

Acerca do pedido, o Corpo Técnico, nos termos da Informação nº 29/2011 (fls. 1394/1398), ofereceu as seguintes considerações:

"12. Nos termos do art. 502 do Código de Processo Civil, a renúncia ao direito de recorrer é ato unilateral; ou seja, não está sujeita à



anuência de outra parte¹. Segundo a doutrina pátria, tal ato não depende, também, de homologação do magistrado:

"Produz efeitos desde que é efetuada, independentemente de anuência da parte contrária ou de homologação do juiz (CPC 158)."²

13. Não é necessário, pois, que a Corte acate ou homologue o ato ora praticado pela empresa.

14. Contudo, a renúncia não resultará no efeito jurídico almejado pela empresa, qual seja, a extinção do feito. A Decisão nº 478/2011 consistiu em negativa de provimento a recurso interposto em face da Decisão nº 869/2010, a qual, entre outras deliberações, expediu medida cautelar e determinou a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial³.

15. Uma vez mantida in totum a decisão atacada, a próxima fase processual consiste na apuração dos prejuízos para posterior citação dos responsáveis (entre eles a empresa Confederal) para a apresentação de defesa ou recolhimento do débito. Tal procedimento encontrava-se em curso quando adentraram neste Tribunal os embargos declaratórios (empresa G6) e a peça em exame.

16. Não há, pois, respaldo jurídico para que o processo venha a ser encerrado nesta fase ou se que se opere o trânsito em julgado do feito. Restará consumado, tão somente, **o trânsito em julgado da Decisão nº 478/2011 em relação à renunciante**. Contudo, não há possibilidade jurídica de extinção do processo, vez que ainda não foi proferida decisão meritória neste sentido.

¹ Art. 502. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

² Nery Junior, Nelson. Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 4ª ed. ver. e ampl. Editora Revista dos Tribunais, 1999.

³ III - com fundamento nas disposições do artigo 46 da Lei Complementar nº 1/1994 e da Emenda Regimental nº 23, de 21.02.2008, converter o feito em tomada de contas especial para apuração do total do prejuízo nele anunciado e, posteriormente, proceder à citação dos responsáveis na forma da lei, para que apresentem as alegações de defesa pertinentes;



17. Em suma, não vislumbramos necessidade de pronunciamento da Corte acerca da peça em exame, **bastando apenas que a mesma seja conhecida pelo Tribunal.**

(...)”

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal do Distrito Federal, consoante Parecer nº 553/2011-DA (fls. 1426/1430), da lavra do ilustre Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, opinou no seguinte sentido:

“(...)”

Do pedido da empresa Confederal, fls. 1392/1393
(Informação nº 29/2011)

(...)

13. Importa observar que a decisão proferida pelo Tribunal de Contas para glosa dos valores contratados tem natureza cautelar, precária e preparatória. Busca garantir a manutenção do numerário nos cofres públicos até que se tenha a certeza da regularidade dos valores contratados, evitando-se, dessa forma, prejuízos advindos de cobranças demoradas e muitas vezes ineficazes. Embora tomada com base em requisitos que demonstram haver relativo grau de certeza sobre o direito em questão, não possui a força da coisa julgada inerente às decisões de mérito, ainda que ultrapassada a fase recursal.

14. No caso dos autos, a pretensão aduzida pela empresa Confederal, a par de buscar a renúncia do direito de recorrer, objetiva resolver a controvérsia relativa aos preços contratados, colocando termo ao processo.

15. Não obstante reconhecer a nobre iniciativa da empresa na busca da composição do litígio, entendo que a proposta não deve ser acolhida ante a indisponibilidade dos recursos públicos provenientes do cálculo realizado pela Unidade Técnica. Importa dizer que, confirmando-se a diferença paga a maior, não haverá espaço para transação acerca do valor devido haja vista a indisponibilidade dos bens públicos. Frise-se, confirmando-se o débito, a contratada estará obrigada a devolver integralmente aos cofres públicos o valor recebido indevidamente, sem margem a negociações, transações ou acordos.

16. Nesse sentido, este membro do Ministério Público conclui pela improcedência do pedido e pelo prosseguimento da Tomada de Contas Especial, com a citação dos responsáveis para recolhimento da quantia devida ou apresentação de defesa, nos



termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94. Observe-se que a empresa Confederal poderá, na fase de defesa, reconhecer a procedência parcial da TCE, promovendo o correspondente recolhimento, porém o processo deverá prosseguir em relação aos valores controversos.

Do Despacho Singular nº 187/2011-CRR

17. Na fase anterior destes autos, este membro do Ministério Público observou que a Unidade Técnica, ao apurar o dano, deixou de considerar o prejuízo decorrente da não entrega de insumos previstos nos Contratos nºs 98/2009 e 99/2009, conforme havia determinado o Tribunal na decisão que ordenou a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial. Por isso, este membro do Ministério Público de Contas sugeriu a devolução dos autos à Unidade Técnica para complementação dos cálculos, conforme mencionado no parágrafo anterior, previamente à citação dos responsáveis.

18. Importante ressaltar que a SE repassa mensalmente à empresa contratada valores correspondentes aos insumos que deveriam ser utilizados pelos vigilantes na prestação dos serviços, no entanto, o material não foi entregue aos empregados conforme previsão contratual. O não fornecimento do material representa inadimplemento do contrato e prejuízo aos cofres públicos, pois o Poder Público pagou por insumos não utilizados na prestação dos serviços.

19. As considerações apresentadas neste momento processual dão conta da impossibilidade de apuração do prejuízo em razão da insuficiência de informações nos autos sobre o quantitativo de escolas e de empregados da empresa contratada que não teriam recebido os insumos. Embora este argumento não justifique a absorção do prejuízo pelo erário, tendo em vista que, de fato, o prejuízo existiu, a apuração nestes autos poderá prejudicar o trabalho desenvolvido até o momento sobretudo em razão da demora de eventuais procedimentos para levantamento das referidas informações.

20. Nesse sentido, entendo que o Tribunal poderá incumbir a SE de apurar eventual prejuízo causado ao erário decorrente da não entrega dos insumos previstos no Contrato nº 99/2009, valendo-se das informações prestadas pelos executores locais, lotados nas Diretorias Regionais de Ensino - DRE, inclusive o descumprimento da Cláusula Décima Primeira do Contrato n.º 99/2009 e das



Responsabilidades da Contratada previstas no Anexo I do Projeto Básico (Anexo IV, fls. 45/51 e 108/109), conforme observou a Unidade Técnica no Relatório de Inspeção nº 2.0017.10.

21. *Entendo, ademais, que o Tribunal poderá autorizar a SE a proceder à glosa dos valores correspondentes aos insumos não entregues aos funcionários da empresa contratada para o desempenho dos serviços, valendo-se das informações dos executores locais, lotados nas Diretorias Regionais de Ensino - DRE.*

22. *Pelo exposto, este membro do Ministério Público de Contas propõe ao Tribunal que:*

I) tome conhecimento do pedido formulado pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda., fls. 1392 e 1393, para julgá-lo improcedente, autorizando prosseguimento da Tomada de Contas Especial com vistas à citação dos responsáveis, nos termos do item III da Decisão nº 869/2010;

II) determine à Secretaria de Estado de Educação que:

a) ao efetuar o pagamento dos serviços referentes aos Contratos nºs 98/2009 e 99/2009, leve em consideração as informações prestadas pelos executores locais, lotados nas Diretorias Regionais de Ensino - DRE, deixando de realizar o pagamento do valor correspondentes aos itens previstos nos ajuste e não fornecidos para a prestação de serviços de vigilância;

b) apure os indícios de prejuízos decorrentes do não fornecimento de insumos previstos no Contrato nº 99/2009, conforme descrito no Achado 2 do Relatório de Inspeção nº 2.0017.10 do Tribunal de Contas."

É o relatório.

VOTO

Vencida a etapa recursal, examinam-se nesta fase as providências adotadas em relação às determinações constantes da **Decisão nº 869/2010** e o **pedido formulado pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.**

A informação de que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal está realizando as glosas determinadas por esta Casa demonstra que a Jurisdicionada está dando cumprimento ao **item II-a** da referida deliberação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

e-DOC AE198147
Proc 39420/2008

Fls.: 1439

Proc.:39420/08

Rubrica

Quanto às citações referidas no item III, verifico que a irregularidade descrita no Achado 2 do Relatório de Inspeção nº 2.0017.10 refere-se a falhas na execução dos serviços objeto do Contrato nº 99/2009, quanto ao fornecimento de materiais e uniformes para os vigilantes (fls. 569/571), nas diversas Diretorias Regionais de Ensino, no período de 25/09/2009 a 24/12/2009, conforme quadro a seguir:

"(...)

Quadro 10: Falhas na Execução do Contrato n.º 99/2009

DRE	Período	Falha
Paranoá	25.09 a 24.10.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Falta uniformes, cassetete e capa de chuva."
	25.10 a 24.11.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Os números não correspondem aos manequins"
	25.11 a 24.12.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme.
P. Piloto/ Cruzeiro	25.09 a 24.10.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Alega que os servidores receberam uniformes usados e com tamanho inadequado; Funcionário (...) trabalhando sem uniforme; (ii) Materiais/Equipamentos insuficientes e inadequados: "Afirma que a empresa até o momento não forneceu os equipamentos de segurança pessoal."; "Informa que não existe fornecimento e/ou materiais por parte da Empresa G6;
	25.10 a 24.11.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Os servidores receberam uniformes usados e alguns com tamanhos inadequados; faltam uniformes; Faltam uniformes (jaquetas e coturnos)"; (ii) Materiais/Equipamentos insuficientes e inadequados: "Faltam vários materiais"
	25.11 a 24.12.09	(i) Substituições fora do prazo previsto de 24 horas; (ii) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Os servidores receberam uniformes usados e alguns com tamanhos inadequados; servidores precisam de coturno e jaquetas; (iii) Materiais/Equipamentos insuficientes e inadequados: "os vigilantes deveriam ter lanternas grandes (área da escola é muito grande)"
São Sebastião	25.09 a 24.10.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Algumas escolas reclamaram da falta de uniforme ou uniforme incompleto para alguns vigilantes"
	25.10 a 24.11.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "A firma não forneceu quantidade satisfatória para os funcionários. Ocorreu de o uniforme danificar e o funcionário não ter outro para repor." (ii) A qualidade dos serviços é satisfatória? "Gostariamos de sermos informados do período de férias dos seguranças e dos seus respectivos substitutos; Falta maior contato do responsável pelos vigilantes com a direção da escola. Fator importante para maior eficiência nos trabalhos."
	25.11 a 24.12.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Algumas escolas reclamaram da falta de uniforme ou uniforme incompleto para alguns vigilantes"
Guará	25.09 a 24.10.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Os vigilantes estão apenas com 01 (uma) peça do uniforme, dificultando para os mesmos a lavagem e o tempo para secar."; "Os funcionários não utilizam crachá de identificação; os funcionários estão com uniformes e sapatos precisando de substituição; A empresa não fornece uniformes com a frequência que deveria, sapatos gastos e falta de alguns itens como jaqueta de frio ou japona, capa de chuva e crachá;
	21.11 a 20.12.09	(i) Materiais/Equipamentos insuficientes e inadequados: "Falta crachá de identificação"
Planaltina	25.09 a 24.10.09	(i) Fornecedor insuficiente ou uso inadequado do uniforme: "Alguns funcionários encontram-se com uniformes velhos e outros estão sem uniforme."
	25.11 a 24.12.09	(i) Irregularidade na prestação dos serviços? "Alguns vigilantes estão trabalhando cansados devido as horas extras que estão fazendo"



Conforme observa a Unidade Instrutiva, as falhas estão descritas de forma genérica e não apresentam informações que permitam estimar nestes autos o valor do prejuízo e os responsáveis.

Quanto à proposta de a Secretaria ser incumbida da apuração do prejuízo, passados aproximadamente dois anos de execução do ajuste, considerando o elevado número de Diretorias Regionais de Ensino (14), de instituições atendidas (226) e de vigilantes contratados (904) – (fl. 65 anexo IV), não vislumbro possibilidade de sucesso no referido levantamento, tampouco economicidade na medida, uma vez que os custos da empreitada poderão superar os benefícios decorrentes dos eventuais prejuízos apontados.

Outrossim, ressalto que a referida falha resultou na determinação constante do **item II-c da Decisão nº 869/2010**, pelo qual esta Casa ordenou à Jurisdicionada a realização de fiscalização mais rigorosa nos contratos desta natureza, com a adoção de providências pertinentes quando constatado desconformidade no cumprimento contratual, fato que, ao meu ver, supre a expedição de nova determinação para que não realize pagamento por serviços não fornecidos na prestação dos serviços em exame.

Por isso, lamentando discordar do entendimento apresentado pelo Órgão Ministerial, acompanho as proposições do Corpo Técnico no sentido de que seja determinada a citação dos nominados no quadro de fl. 1359, para que apresentem defesas ou recolham as quantias apontadas no quadro de fl. 1358/1359, ante a possibilidade de aplicação das penalidades previstas nos artigos 56 e 60 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o artigo 181 do RI/TCDF.

Todavia, entendo que os executores titulares dos Contratos nº 98 e 99/2009, nomeados à fls. 61/62 – anexo V, devem ser chamados aos autos para que apresentem justificativas em razão de não terem agido com o devido zelo na fiscalização da execução dos citados ajustes, sob pena do Tribunal aplicar-lhes multa com fundamento no artigo 57, Inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994.

É inaceitável que os responsáveis pela fiscalização de contratos não atuem com eficiência, zelo e rigor, de forma a evitar a execução irregular do objeto pactuado, bem como que deixem de relatar ao gestor, de forma detalhada, os serviços as obras e os materiais não realizados/fornecidos pela contratada, conforme determina as alíneas, os incisos e o *caput* do artigo 13 do Decreto nº 16.098/1994, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

No tange ao **item IV** da decisão em tela, sem prejuízo da adoção da medida proposta na Instrução, quanto à ciência da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal dos estudos mais atualizados elaborados pela Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal, entendo necessário que aquela Jurisdicionada também encaminhe para conhecimento deste Tribunal o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, a fim de que sejam avaliados seus resultados, em relação aos indicados pela Unidade Técnica.



Por último, acerca do **pedido de renúncia do direito de recorrer das decisões adotadas nestes autos, com extinção do feito, formulado pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.**, entendo que o mesmo não merece acolhimento, ante a falta de amparo legal.

Como bem ressalta o douto *Parquet*, a indisponibilidade dos recursos públicos não permite o encerramento da demanda sem que o procedimento tenha percorrido todas as etapas previstas na norma regente, em última instância, até o trânsito em julgado da decisão definitiva, formalizada por acórdão e publicada no Diário Oficial, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar nº 01/1994.

Ademais, não se pode perder de vista que é obrigação deste Tribunal, ao verificar a ocorrência de irregularidade que resulte prejuízo ao erário, ordenar a imediata conversão do processo em TCE, cuja finalidade é justamente apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano, conforme previsto nos artigos 9º e 46 da mesma lei.

Nesta esteira, o presente processo ainda se encontra em fase de apuração, tendo esta Casa, por intermédio da Decisão nº 869/2010, ao verificar indícios de superfaturamentos de preços, cautelarmente, determinado glosa mensal visando garantir a recomposição dos cofres distritais, até manifestação conclusiva quanto às irregularidades referidas no Relatório de Inspeção.

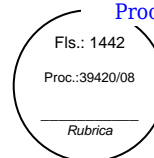
A próxima etapa é de citação, oportunidade em que a empresa poderá apresentar defesa ou, querendo sanar o processo, uma vez reconhecida pelo Tribunal a boa-fé, poderá recolher a quantia devida, conforme previsto no artigo 13 da Lei Complementar nº 01/1994.

Pelo exposto, acolho as medidas alvitradas pelo Corpo Técnico e **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

- a) das informações prestadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por intermédio do Ofício nº 147/2011-GAB/SE (fls. 1369/1370);
- b) das informações prestadas pela então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, por intermédio do Ofício nº 404/2010-GAB/SGA e anexos (fls. 772/795); e
- c) do pedido formulado pela empresa Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (fls. 1392 e 1393), para julgá-lo improcedente, autorizando prosseguimento da Tomada de Contas Especial;

II – autorize a citação dos nominados no quadro de fl. 1359, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesas ou, solidariamente, recolham as quantias apontadas no quadro de fls. 1358/1359, atualizadas monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos do artigo 59 da Lei Complementar nº 01/1994, ante a possibilidade de aplicação



das penalidades previstas nos artigos 56 e 60 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o artigo 181 do RI/TCDF;

- III** – autorize, também, a citação dos executores titulares dos Contratos nº 98 e 99/2009, nomeados à fls. 61/62 – anexo V, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa referentes às falhas ocorridas na execução dos referidos ajustes, conforme demonstrado na Informação nº 24/2011 (fls. 1371/1373), contrariando o que determina o artigo 13 do Decreto nº 16.098/1994, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57, Inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994;
- IV** – em vista do disposto no item IV da Decisão nº 869/2010, dê conhecimento à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal dos Estudos mais atualizados, elaborados pela Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal, em que foi fixado o percentual máximo de 26,44% (vinte e seis vírgula quarenta e quatro por cento) a ser adotado como parâmetro, a título de BDI, nos contratos de serviços terceirizados de segurança e vigilância patrimonial;
- V** – determine à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal cópia do estudo visando à normatização dos percentuais dos encargos sociais e do BDI na Administração Pública distrital, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, objeto do Contrato nº 45/2009-SEPLAG;
- VI** – autorize:
 - a)** o envio aos interessados de cópia do Relatório de Inspeção nº 2.0017.10 (fls. 557/575), bem como das peças de fls. 1358/1359; e
 - b)** o retorno dos autos à 2ª ICE.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 2011.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro-Relator